

MONTEIRO, João Gouveia, 2017 – Nuno Álvares Pereira – guerreiro, senhor feudal, santo: os Três Rostos do Condestável.

Lisboa: Manuscrito. ISBN: 978-989-8871-24-4

Leandro Ribeiro Ferreira¹

João Gouveia Monteiro tem publicado múltiplos trabalhos sobre história medieval militar portuguesa, sobretudo no que se refere ao período correspondente aos séculos XIV e XV. Professor da Universidade de Coimbra, é também presidente do Conselho Diretivo e cofundador da «Associação Ibérica de História Militar, séculos IV-XVI». A obra que é aqui recenseada constitui uma investigação biográfica sobre D. Nuno Álvares Pereira, publicada em novembro de 2017. Este livro, como é assinalado pelo autor, procura também servir como um meio de divulgação junto do público leigo. Portanto, denota-se um especial cuidado em tornar a sua escrita mais acessível a um público mais alargado, procurando soltá-la das amarras do discurso académico, sem comprometer o rigor científico. De resto, é pertinente salientar a qualidade da escrita do autor, responsável por elevar a qualidade geral das suas obras. A biografia de Nuno Álvares Pereira é sinónimo disso mesmo.

De um ponto de vista metodológico, o autor constrói a biografia de D. Nuno Álvares Pereira com recurso a diversas fontes. Os textos cronísticos marcam o principal compasso da obra, com especial destaque para a *Crónica do Condestabre*, de autor desconhecido, assim como a trilogia das Crónicas régias de Fernão Lopes. Alertado para a dificuldade encontrada na sua análise, já que se tratam de textos que possuem um discurso histórico elaborado no contexto de programas de persuasão e de legitimação, o autor demonstra cuidado sistemático em cruzar as informações daí provenientes com diferentes tipologias de fontes. Desse modo, além das fontes narrativas, foram analisados cerca de 170 documentos provenientes das Chancelarias de D. Pedro I, D. Fernando, D. João I e D. Duarte, com o derradeiro objetivo de ajudar a reconstituir o percurso de Nuno Álvares Pereira, principalmente no que concerne ao seu património. Por fim, é pertinente sublinhar que as fontes documentais são suplementadas pelo uso exaustivo de bibliografia publicada sobre o Condestável.

¹ Universidade do Porto; CEPESE – Centro de Estudos da População e Sociedade. Bolseiro individual de doutoramento com a referência: SFRH/BD/120584/2016

A estrutura do livro encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro, o autor procura contextualizar a criação da obra, bem como as limitações associadas a essa tarefa e os cuidados que devem ser tidos aquando da leitura das fontes utilizadas. No segundo, propõe-se identificar os principais acontecimentos da vida de Nuno Álvares Pereira, relevando as suas origens sociais e demográficas, incidindo especialmente na sua carreira militar (c. 1380-1415). No terceiro capítulo, enfatiza a construção do vasto património de Nuno Álvares Pereira, procurando encontrar uma relação entre a sua riqueza, a carreira política e militar e a relação de grande cumplicidade com D. João I. Por fim, no quarto capítulo, aborda a problemática da religiosidade do Condestável, enquadrando-a no contexto espiritual e mental existente no Sul do território de Portugal, durante o seu período de vida.

O parágrafo anterior assinala a estrutura ambiciosa que molda a construção dos objetivos deste livro. Para além disso, é particularmente inédita a iniciativa de observar, de uma forma sistemática e detalhada, a figura de Nuno Álvares Pereira em três diferentes campos de análise – ou “rostos”, como em determinado momento é indicado pelo autor –; isto é, a guerra; a questão senhorial e respetiva relação com o rei; e a religiosidade. Neste contexto, a sistematização de informação já conhecida sobre o Condestável, por um lado, e a divulgação de novos dados, por outro, permitiram a conceção de uma sólida biografia.

Portanto, no primeiro capítulo, intitulado «Como contar esta história?», o autor constrói um texto introdutório que procura justificar a construção desta biografia, apresentando a evolução deste género narrativo na história, além de dar a conhecer as fontes usadas na sua obra. Nesse sentido, traça uma perspetiva historiográfica medieval sobre o contexto em que surgem as Crónicas de Fernão Lopes e a *Crónica do Condestabre*. Após essa introdução, analisa a conceção da *Crónica do Condestabre*, cujo autor permanece desconhecido, reforçando os cuidados que devem ser tidos na análise dessa fonte, devido à existência de interpolações posteriores, promovidas pelos herdeiros do Condestável. Esta crónica terá sido escrita entre 1431 e 1433, ou seja, respetivamente o ano da redação do capítulo sobre a «sétima idade», de Fernão Lopes, e o ano da morte de Nuno Álvares Pereira. Este texto é dedicado aos aspetos militares da carreira do Condestável, sendo raros os registos de acontecimentos da sua vida particular ou familiar, com exceção para a grave doença que afetou Nuno Álvares Pereira. Relativamente à autoria da *Crónica do Condestabre*, João Gouveia Monteiro posiciona-se junto dos historiadores que acham plausível a possibilidade de esta ter sido concebida por Gil Airas, escrivão da puridade e criado de Nuno Álvares Pereira. O autor justifica a sua posição com base na extrema proximidade entre ambos, durante um período de pelo menos um quarto de século. Desse modo, terão travado conhecimento pessoal, o que seria importante para que o autor da crónica pudesse recolher informações e pormenores sobre as campanhas militares de Nuno Álvares Pereira. Para além disso, o autor considera que os seguintes argumentos justificam pensar na hipótese de ser de Gil Airas a autoria da *Crónica do Condestabre*: o domínio da escrita por parte daquele homem, situação incomum naqueles tempos; o facto de ter sobrevivido a Nuno Álvares Pereira e de, possivelmente, ter privado com ele enquanto este já vivia no Carmo; o bom conhecimento que tinha da Corte régia; e, finalmente, a própria natureza da *Crónica do Condestabre*, que não aparenta ser uma obra do cronista profissional de guerra.

No segundo capítulo, intitulado «O General invencível e o seu exército», o autor revisita temas que trabalhou durante os últimos anos, principalmente no que diz respeito às campanhas militares de finais do século XIV e inícios do século XV. Portanto, João Gouveia Monteiro move-se em terrenos por si conhecidos, elaborando um trabalho de síntese de qualidade sobre a envolvência de Nuno Álvares Pereira nos teatros de operações. Para além de visitar muitos desses temas, são também desenvolvidas novidades. Entre estas, deve ser relevado o trabalho de sistematização de informação elaborado e que permite traçar um detalhado perfil sobre Nuno Álvares Pereira enquanto líder no campo de batalha, bem como sobre as características dos exércitos que comandou.

Dessa forma, o autor conclui que Nuno Álvares Pereira era um chefe militar cuja intensa atividade militar foi atípica para a época, como o demonstra a sua participação em três batalhas campais durante os seus 35 anos de carreira, a sua presença na tomada de Ceuta (1415) e a sua envolvência em algumas operações de cerco e em múltiplas cavalgadas e razias. Nuno Álvares Pereira não foi um intérprete zeloso da prática da guerra recomendada pelos tratados militares usados na Idade Média, que aconselhavam evitar a participação em batalhas campais; pelo contrário, o autor demonstra que o Condestável procurou com frequência esta forma de fazer a guerra. Não apreciava as operações de cerco, preferindo a realização de manobras de desgaste do adversário, como se caracterizavam as grandes razias ou as ciladas arditosas. Este estilo de guerra acentuava a obrigatoriedade de recorrer com frequência à recolha de informação inteligente. De igual modo, pressupunha a necessidade de possuir uma companhia com um elevado grau de prontidão, porque se tratava de uma guerra móvel, cujos homens deveriam estar adestrados através de treinos regulares.

Segundo o autor, o Condestável terá procurado moldar, desde cedo, os seus exércitos àquelas características. Como tal, a hoste comandada por Nuno Álvares Pereira funcionava como uma «companhia de homens de armas», com forte sentido de autonomia e com uma organização muito própria. O autor sugere que a convivência de Nuno Álvares Pereira com os mercenários ingleses do conde de Cambridge, numa fase decisiva da sua formação militar, bem como em Aljubarrota, o dotou de capacidades para organizar e reger eficazmente uma companhia de homens de armas. Desse modo, aplicou alguns desses princípios básicos organizativos ao grupo que comandou entre 1384 e o final da centúria de Trezentos. Essa hoste apresentou um carácter relativamente estável durante esse período. Logo após ter sido nomeado como fronteiro de Entre-o-Tejo-e-Guadiana, Nuno Álvares Pereira implementou uma bandeira própria na sua hoste, criou um conselho de guerra (eleito entre pares) e nomeou oficiais com funções específicas (alferes, meirinho, ouvidor, cadeia, para além dos ofícios religiosos). Não se tratando de um contingente mercenário, pois todos os combatentes que integravam a hoste de Nuno Álvares Pereira eram, além de portugueses, súbditos de D. João I, o problema de pagamento do soldo comprometeu, em algumas ocasiões, a disponibilidade para lutar. Dificuldade que, de resto, se multiplicava nos exércitos medievais, sempre que faltava o soldo. Para além disso, os homens convocados conservavam as suas atividades profissionais e eram reconvocados de cada vez que o seu líder organizava uma nova campanha. Portanto, o autor conclui que Nuno Álvares Pereira criou (ou tentou criar) uma hoste senhorial privada, tendo sido provavelmente a única que existiu em Portugal, entre o final da Reconquista e o fim da Idade Média, fora do seio da Casa Real. Portanto, trata-se de um exército que estava dependente de um senhor, e não tanto um corpo orgânico de uma casa senhorial. Hoste, essa, que causava perigo para a Coroa, a qual, por esse motivo, não consagrou a natureza feudo-vassálica da hoste privada do Condestável, apesar de este homem dispor sempre dos seus combatentes com a mesma autonomia e proficiência.

No terceiro capítulo da obra, intitulado «O senhor feudal e o seu património», o autor objetiva, como o próprio título indica, reconstituir e analisar a formação do património de Nuno Álvares, procurando encontrar uma relação entre a construção do seu património e a sua atividade militar. Neste contexto, o autor distingue a formação do património em duas fases: o período de «construção» e a fase de «desconstrução», sublinhando o curto espaço de tempo que ocorreu entre o fim da primeira fase e o início da segunda.

A primeira fase de formação do seu património, é dividida pelo autor em quatro distintos momentos de «construção». O primeiro momento de acumulação de património coincide com a chegada de Nuno Álvares Pereira à Corte (1373), pela mão de seu pai, Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital, bem como com o matrimónio

contraído com Leonor de Alvim (1376). No entanto, somente entre 1384 e 1388 o seu património conheceu um aumento muito significativo, relacionando-se quer com as circunstâncias políticas coevas, quer com o talento militar de Nuno Álvares Pereira. O autor denota uma estreita correlação entre os principais acontecimentos político-militares de 1383-1385 e as maiores mercês atribuídas por D. João (quer enquanto Mestre de Avis, quer enquanto rei de Portugal), denunciando, assim, a segunda etapa de construção de património. Portanto, terá sido pela guerra – e por causa da guerra – que o Condestável se distinguiu entre os seus pares e se tornou o senhor mais poderoso e rico do reino a seguir ao monarca. Como é evidente, tudo isto originou adversários políticos no seio do conselho de D. João I, provocando também o rompimento com uma parte significativa da sua família. A terceira fase de acumulação do património de Nuno Álvares Pereira, segundo o autor, pode ser considerada a partir de 1389-1390, tendo-se prolongando até 1391-1392. Trata-se de um período de estabilização política e militar e que se traduz como uma fase em que se assiste a confirmações de doações de bens e de outorga de privilégios, sobretudo no que respeita àqueles que tinham sido concedidos durante os anos revolucionários ou pelo monarca anterior. Por fim, em resultado de uma ação militar esforçada, o autor considera que terá ainda existido uma quarta etapa de acumulação de património de Nuno Álvares Pereira, que se centra nos anos 1395-1401. Em síntese, o autor salienta que terá sido em finais de 1392 que o património de Nuno Álvares Pereira terá atingido a sua maior expressão, cuja distribuição geográfica (seguindo, neste ponto, a reconstituição feita por Mafalda Soares da Cunha) se divide em três núcleos de concentração de bens: um primeiro situado na faixa central do Norte do território; um segundo na Estremadura; e um último na comarca de Entre-o-Tejo-e-Guadiana.

A fase de «desconstrução» do património de Nuno Álvares Pereira ter-se-á iniciado logo no segundo semestre de 1393, aquando da distribuição de um conjunto de terras recebidas pela Coroa, «em regime de juro e herdade», pelos seus companheiros de armas, que o Condestável desejava tornar seus vassallos. Esta prática, de acordo com o autor, originou conflitos com D. João I, que terão sido resolvidos com a celebração de um acordo, no qual o Condestável terá entregado ao monarca as terras que recebeu em regime de préstamos e – neste caso mais duvidosa – a recuperação de terras de juro e herdade que Nuno Álvares Pereira já tinha entregado aos seus potenciais vassallos. A segunda etapa de alienação do património do Condestável, segundo o autor, ocorreu em 1401 e está relacionada com o dote de matrimónio da sua filha Beatriz. No entanto, a última grande fase de «desconstrução» do seu património aconteceu em abril de 1422, em resultado de um conjunto de doações feito aos seus três netos. No ano seguinte, doa o convento de Lisboa à Ordem do Carmo, passando, a partir de então, a viver dentro do cenóbio, após ter abdicado de possuir bens próprios, embora mantivesse reservado os direitos de administração que diziam respeito àquele edifício sagrado. Em conclusão, o autor – que alinha uma vez mais com as considerações de Mafalda Soares da Cunha – afirma que o modelo de transmissão do património aos seus descendentes é bastante atípico, porquanto essas doações revelaram intencionalidade em criar casas senhoriais (as dos netos) paralelas ao corpo principal da linhagem (o do genro). Essa prática, como bem sintetiza o autor, pode significar uma estratégia de segurança cujo objetivo passava por acautelar uma eventual extinção do ramo principal da família. É um modelo “arcaico” de transmissão de bens, caracterizado por uma divisão igualitária entre os netos, mais próximo de um modelo de estrutura familiar cognático, do com aquilo que previam os novos tempos, ou seja, a indivisibilidade do património familiar e a valorização da primogenitura.

O último capítulo desta obra é possivelmente o «rostro» mais inovador de toda a biografia de Nuno Álvares Pereira. Trata-se de um texto muito bem pensado, construído através de enquadramento teórico bem delineado e que procura contextualizar os modelos de prática religiosa que o Condestável dispunha em tempos coevos,

além de assinalar experiências espirituais que aquele homem poderá ter conhecido de perto ou que o poderão ter sensibilizado de alguma forma especial. A elaboração dessa introdução oferece ferramentas para que o autor possa reinterpretar a opção religiosa do Condestável, enquadrando a sua decisão de entrar no cenóbio de Lisboa (1422) e de vestir o hábito carmelita (1423).

O autor, ao analisar a vivência religiosa e a sua influência na transformação social, sublinha que a abrangência do religioso, na Idade Média, era não só uma manifestação espiritual, como também uma forma de imposição moral. A religião era, assim, em primeiro lugar, um guia e um filtro imprescindível para compreender o mundo. Possuidora de um 'papel holístico', a religião influenciava a moral, e a Igreja assumiu um papel absolutamente central e ordenador na civilização medieval. Neste contexto, Nuno Álvares Pereira, sendo um nobre e guerreiro, além do homem mais rico do reino a seguir ao rei, estava consciente das dificuldades acrescidas com que se depararia para conseguir acautelar a sua própria salvação.

Em segundo lugar, o Condestável vive num tempo marcado por mutações sociais, económicas e religiosas. Durante esse período, assiste-se ao surgimento de movimentos religiosos de alguma radicalidade, de exigência de retorno à pobreza evangélica primitiva. No qual se verifica igualmente a presença de um laicado urbano com mais literacia e capacidade económica, capaz de realizar novas escolhas dentro da oferta religiosa existente e que se mobiliza de um modo mais autónomo para intervir na vida espiritual das suas família e comunidade. Para além das mutações mencionadas, o autor considera que Nuno Álvares Pereira é também um «filho do Sul» de Portugal, tendo vivido os anos determinantes da sua formação como homem e como valido da Coroa na comarca de Entre-o-Tejo-e-Guadiana. Como tal, teve possibilidade de absorver as influências espirituais dominantes nessa região: onde os mendicantes ganharam relevo; onde os eremitérios despontaram a partir do terceiro quartel do século XIV; onde várias ordens militares estavam implementadas (particularmente a Ordem do Hospital, pela sua forte ligação aos Pereiras); e onde os carmelitas se fixaram pela primeira vez em Portugal. O autor considera que «a mundividência religiosa de Nuno Álvares Pereira é uma tapeçaria feita de todos estes fios; [...] como um homem do seu tempo e que é produto das circunstâncias históricas»².

Para além disso – e é aqui que o seu capítulo é verdadeiramente inovador –, João Gouveia Monteiro considera que o peso mais significativo para o «ser religioso» em que se tornou o Condestável foi o dos eremitas da serra de Ossa, contrariando, assim, as correntes habituais da historiografia portuguesa, que frequentemente valorizam sobretudo a ligação dos Pereiras às Ordens Militares ou, em particular, de Nuno Álvares Pereira à Ordem do Carmo. Deve ser ressaltado que o autor não nega a familiaridade de Nuno Álvares Pereira – e do mundo das ordens militares em geral – com os ideais de cavalaria registados nos romances asturianos, que tanto Fernão Lopes, como a *Crónica do Condestabre*, admitem ter influenciado Nuno Álvares Pereira. João Gouveia Monteiro joga, assim, uma nova cartada para interpretar estas problemáticas. Para justificar essa teoria, o autor tece uma verdadeira filigrana que apresenta solidez argumentativa. Portanto, reforço a pertinência do raciocínio e afirmo que deve ser especialmente considerada a hipótese de investigação proposta pelo autor: em primeiro lugar, sugere haver uma interpretação alternativa para o parágrafo do *Sumario* que o infante D. Duarte deu a mestre Francisco para pregar sobre Nuno Álvares, considerando que os «pobres da serra» aí mencionados são os anacoretas da serra de Ossa; em segundo lugar, sublinha a intervenção que pode ter sido feita pelo Condestável aquando de uma doação do almirante Carlos Pessanha, seu cunhado, aos eremitas da serra da Ossa, em 1425; em terceiro lugar, assinala o facto de a *Crónica do Condestabre* registar de forma subliminar uma proximidade

entre Nuno Álvares Pereira e os eremitas, particularmente os de Estremoz e do Redondo; em quarto lugar, sugere que a expressão «speculum anachoretarum es», numa passagem da oração composta por D. Pedro em memória do Condestável e que fora enviada ao abade florentino D. Gomes, em 1437, deve ser interpretada como «espelho de anacoretas», ou seja, «espelho de eremitas», embora haja uma ligeira nuance de significado; em quinto lugar, o autor enfatiza a boa relação entre a família dos Pereiras e o fenómeno eremítico do Sul de Portugal, algo que era pouco comum para o padrão da nobreza coeva; por fim, em sexto lugar, o argumento no qual o autor coloca mais peso é o facto de a *Crónica do Condestabre* referir a recuperação de uma estranha doença que assolou Nuno Álvares Pereira, provavelmente entre os meses de março e de maio de 1398. Na esperança de o salvar, levaram-no para uma quinta da região de Palmela, nomeadamente em Alferrara, onde ter-se-á iniciado a sua recuperação. Ou seja, não terá sido por acaso que o Condestável fora levado para ali. Esse lugar constituía-se como um dos eremitérios mais importantes da região de Setúbal. Eremitério que, aliás, estava muito ligado à ação de Mendo Seabra (principal responsável pela ligação da corte régia aos eremitas) e muito conforme ao padrão e à regra de vida dos anacoretas da serra de Ossa. Por fim, o autor considera ainda que uma passagem da *Crónica do Condestabre* sobre essa estada em Alferrara, quando este foi visitado por uma delegação de homens-bons de Setúbal, traduz metaforicamente o dilema que corrompia Nuno Álvares Pereira naquele tempo, «o contraste entre dois mundos, entre duas vocações e formas de assumir a vida»: ou seja, «o mundo vão, precário e limitado do quotidiano, da manobra política, do jogo de influências pessoais (que o homem-bom de Setúbal e os portadores de cartas que, por essa altura, arrasavam o Condestável personificavam); e o mundo muito mais puro e celestial dos eremitérios, terras de água e do mel, onde a intriga dava lugar à contemplação e a acumulação de favores e de riqueza cedia em toda a linha perante o exemplo salvador do despojamento»³.

Com base nestes argumentos, o autor sublinha que se compreenderá que as referências carmelitas aludam para o facto de o Condestável ter ordenado construir na cerca do convento uma ermida. Para além disso, à luz desta interpretação, são também compreendidos os três desejos para o final da vida de Nuno Álvares, expressos no último capítulo da *Crónica do Condestabre*: «mendigar o seu sustento, chamar-se apenas de “Nuno” e “ir fora de terra e acabar lá, que não soubessem parte dele». Esta ideia de despojamento de identidade – que para um fidalgo era especialmente radical (significava cortar com a família e com os títulos de honra) –, de errância incógnita, e até de alguma mendicância, compaginam-se com o ideal de vida eremítico». Para além disso, o autor sublinha que o facto de Nuno Álvares ter desejado «ficar apenas com o estatuto de donato (isto é, de *semifrater*, meio frade) da Ordem do Carmo não resultou apenas de uma postura de humildade: terá estado também relacionado com uma certa resistência à incorporação, à institucionalização, uma atitude muito própria do mundo dos eremitas durante muitas décadas»⁴.

3 MONTEIRO, 2017: 301.

4 MONTEIRO, 2017: 302.